



PARLAMENTO EUROPEU

2009 - 2014

---

*Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos*

---

**2010/2001(BUD)**

3.9.2010

## **PARECER**

da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos

dirigido à Comissão dos Orçamentos

sobre a posição do Parlamento sobre o projecto de orçamento para 2011,  
modificado pelo Conselho - Secção III - Comissão  
(2010/2001(BUD))

Relator de parecer: Juan Fernando López Aguilar

PA\_NonLeg

## SUGESTÕES

A Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos insta a Comissão dos Orçamentos, competente quanto à matéria de fundo, a incorporar as seguintes sugestões na proposta de resolução que aprovar:

1. Congratula-se com o facto de, no projecto de orçamento proposto pela Comissão, o orçamento para a subcategoria 3a do QFP ter aumentado significativamente em comparação com 2010, ou seja, mais 12,8% em dotações para autorizações e mais 15,4% em dotações para pagamentos; salienta que este aumento é a consequência da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, que tornou a Carta dos Direitos Fundamentais vinculativa e suprimiu a estrutura de pilar no domínio do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, assim como as acções previstas no Programa de Estocolmo para os próximos cinco anos; lamenta que esta constatação não abranja a rubrica "Direitos fundamentais e justiça", cujo orçamento aumenta muito pouco, apesar da recente entrada em vigor do Tratado de Lisboa e da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, assim como da próxima adesão da União à Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais (CEDH); lamenta, consequentemente, as reduções propostas pelo Conselho relativamente a um domínio, como este, que é de extrema importância para os cidadãos e os Estados-Membros da UE; lamenta, em particular, a redução de dotações para pagamentos no que diz respeito às medidas de urgência para a chegada maciça de refugiados;
2. Insiste, porém, em que os projectos devem ter um financiamento ponderado e objectivamente justificável, em tempos de crise económica e limitações orçamentais, e centrar-se sobre as prioridades já identificadas no Programa de Estocolmo; recorda que uma programação orçamental eficiente pressupõe uma utilização eficaz dos fundos já disponibilizados;
3. Insiste em que as agências do domínio de intervenção "Liberdade, segurança e justiça" devem, ao tratar de questões relativas aos direitos fundamentais e às liberdades cívicas, ser convenientemente financiadas, de forma ponderada e objectivamente justificada, nomeadamente as que assumem novas tarefas, tal como identificadas no Programa de Estocolmo e no Tratado de Lisboa; salienta, neste contexto, que será necessário aumentar o orçamento do Europol para 2011, a fim de cumprir a sua função de verificação dos pedidos de informação dos EUA descritos no Acordo TFTP entre a União Europeia e os Estados Unidos da América; solicita à Comissão que assegure que o Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo inicie as suas actividades em devida altura, antes de 2011, e que sejam atribuídos a este Gabinete recursos financeiros suficientes para começar a realizar o seu mandato; lamenta que as dotações das agências não estejam à altura das novas competências da União nestes domínios, nomeadamente em matéria de migração, asilo, justiça ou direitos fundamentais;
4. Considera que a revisão iminente do mandato da Agência Frontex virá a incluir decisões que, a seu tempo, implicarão considerações financeiras importantes, como as que dizem respeito à capacidade da Agência para adquirir, arrendar ou tomar em locação o seu próprio património e equipamento, pelo que, consequentemente, salienta a necessidade de assegurar que este organismo disponha de recursos financeiros suficientes para executar o

seu mandato;

5. Recorda à Comissão e ao Conselho que a revisão da Decisão Europol<sup>1</sup>, à luz do Tratado de Lisboa constitui para o Parlamento Europeu uma prioridade que deve ser examinada com urgência e que o Parlamento deve ser permanente e plenamente informado e associado aos trabalhos nesse sentido;
6. Considera que a educação e o desenvolvimento das qualificações do pessoal das agências do domínio da “Liberdade, segurança e justiça” no que diz respeito ao conhecimento e ao acompanhamento da aplicação do direito da União e do direito internacional devem constituir uma prioridade através do aumento das dotações;
7. Recorda e reafirma a sua posição de que o Parlamento tem de ser informado de forma fiável, precisa, detalhada e atempada sobre o orçamento do conjunto do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça e, nomeadamente, sobre a implementação de sistemas de informação TI de grande escala, como o Sistema de Informação Schengen de segunda geração (SIS II), o Sistema de Informação sobre Vistos (VIS), a Agência de gestão operacional de sistemas TI de grande escala no Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça e outros projectos que digam respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais;
8. Solicita uma revisão dos fundos do programa geral “Solidariedade e Gestão dos Fluxos Migratórios”, a fim de melhor ter em conta a situação dos Estados-Membros que sofrem maior pressão migratória.

## RESULTADO DA VOTAÇÃO FINAL EM COMISSÃO

<b>Data de aprovação</b>	2.9.2010
<b>Resultado da votação final</b>	+ :           38 - :           2 0 :           1
<b>Deputados presentes no momento da votação final</b>	Jan Philipp Albrecht, Roberta Angelilli, Viliija Blinkevičiūtė, Rita Borsellino, Simon Busuttil, Philip Claeys, Rosario Crocetta, Cornelia Ernst, Tanja Fajon, H�el�ene Flautre, Kinga G�oncz, Sylvie Guillaume, Anna Hedh, Salvatore Iacolino, Sophia in 't Veld, Timothy Kirkhope, Juan Fernando L�opez Aguilar, Monica Luisa Macovei, V�eronique Mathieu, Nuno Melo, Louis Michel, Claude Moraes, Jan Mulder, Georgios Papanikolaou, Carmen Romero L�opez, Judith Sargentini, Birgit Sippel, Rui Tavares, Dani�el van der Stoep, Axel Voss, Renate Weber
<b>Suplente(s) presente(s) no momento da vota�o final</b>	Alexander Alvaro, Edit Bauer, Ioan Enciu, Ana Gomes, Nadja Hirsch, Monika Hohlmeier, Stanimir Ilchev, Franziska Keller, Mich�ele Striffler, Marie-Christine Vergiat